

A CIDADE NO BRASIL – período colonial

Paulo Roberto Teixeira de Godoy

prtq@rc.unesp.br

Prof.Dr. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

RESUMO

O objetivo do artigo é apresentar, em linhas gerais, o processo de urbanização durante período colonial e a importância da cidade para o empreendimento de conquista e colonização do território brasileiro. A cidade enquanto espaço de mediações das relações de poder entre Metrópole e Colônia e, ao mesmo tempo, de controle do escoamento de mercadorias, constitui o ponto de partida para repensar a trajetória do processo de urbanização no Brasil.

Palavras-chave: cidade, território, colonização

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es presentar, en general, el proceso de urbanización durante el período colonial y la importancia de la ciudad para la empresa de la conquista y la colonización del territorio del Brasil. La ciudad como un espacio de la mediación de las relaciones de poder entre la ciudad y de Colonia y al mismo tiempo, para controlar el flujo de mercancías, es el punto de partida para repensar la trayectoria del proceso de urbanización en el Brasil.

Palabras clave: ciudad, el territorio, la colonización

INTRODUÇÃO

Iniciada nos primeiros séculos de colonização, a urbanização no Brasil constitui-se em um processo histórico e espacial em curso. Acompanha de modo singular a formação do território colonial e, posteriormente, a do território nacional. Com uma configuração litorânea, a urbanização integra-se às práticas econômicas e geopolíticas de conquista territorial por todo o interior do país. A *ação urbanizadora* do sistema colonial português confere ao que seria mais tarde o Brasil, um caráter urbano antes mesmo do rural (REIS FILHO, 1968; OLIVEIRA, 1982).

Conhecer o urbano em sua fase atual exige, portanto, compreendê-lo no passado. Não como objeto capturado e separado do presente – uma vez que o conceito de história não se realiza somente no passado, constitui-se na dialética dos tempos e nos espaços de mediações – mas como espaço social construído em momentos históricos distintos e, portanto, com determinações particulares.

O significado da investigação acerca do urbano no Brasil entre os séculos XVI ao XVIII, diz respeito ao interesse de trazer para o campo de análise da produção capitalista do espaço urbano, elementos de natureza geopolítica e econômica que contribuam para a redefinição do conceito de urbano no Brasil e o conhecimento necessário do processo histórico das relações entre poder e território na produção do espaço geográfico nacional.

A análise histórica e geográfica do processo de urbanização deve primar, contudo, por uma compreensão mais ampla da origem da cidade no Brasil e do seu papel na organização do território. Procura-se, na verdade, apresentar fatos urbanos que caracterizam o processo de urbanização em suas particularidades, evidenciando a importância, para a geografia e, especialmente, para a geografia urbana, de suas origens e dos significados para o processo de colonização e ocupação do território nacional.

Recebido em 03/11/2009
Aprovado para publicação em 04/07/2011

Os estudos empíricos realizados durante as décadas de 1940 e 1950 e os avanços em termos de análise teórica sobre a cidade no Brasil, imprimiram uma imagem e uma definição de cunho funcional e dualista que, insistentemente, permanece na base das atuais versões sobre a cidade até os dias de hoje (a cidade serve para alguma coisa, ela serve a alguma coisa). A ênfase gravita, sobremaneira, em torno das *formas* e das *funções* que são versões do velho realismo ingênuo que valoriza o dado à formação sócio-espacial em seu processo histórico e repousa sobre o anacronismo histórico que condiciona o conceito de cidade a uma única temporalidade – a do presente – e sanciona das conexões espaciais a historicidade dos objetos que compõem a paisagem urbana.

O conceito de cidade está ligado, neste sentido, exclusivamente aos fluxos de mercadorias e as necessidades do comércio e da concentração de excedentes (mão-de-obra e produção agrícola). A cidade desempenha uma função de suporte às necessidades da produção e do consumo. Mesmo sendo, ela própria, objeto de consumo.

Um exemplo deste desdobramento conceitual pode ser percebido no estudo realizado por B. Becker (1987, p. 111), sobre a origem do fenômeno urbano na fronteira de recursos da Amazônia brasileira, cuja hipótese básica é de que as cidades naquela fronteira foram produzidas pela "mobilização, extração e concentração geográfica de quantidades significantes do produto excedente socialmente designado".

Inspirada pela obra de D. Harvey (1980) *A Justiça Social e a Cidade*, Becker (1978/1987) procura explicar a cidade como um espaço "designado" ao mercado de trabalho, à concentração do excedente agrícola e dos serviços básicos às necessidades da população.

Nos anos 90, Becker (1990) argumenta que na Amazônia a cidade não se dá como consequência direta da expansão agrícola, mas da própria urbanização. As funções das cidades são basicamente as de atração populacional, formação do mercado de trabalho e controle social.

Esses elementos formadores da cidade, quando não são avaliados isoladamente, são concebidos como fenômenos do processo de desenvolvimento econômico e de expansão territorial da agricultura. Entretanto, o fato da cidade não ser resultado somente do econômico ou do político, mas da técnica e da cultura, fez com que Becker definisse a cidade a partir do produto agrícola excedente e da concentração da mão-de-obra, não considerando os agentes e os processos que forjaram a urbanização e os mecanismos econômicos de concentração da produção e da mão-de-obra.

A análise marxista do espaço urbano, sobretudo a de cunho lefebvreano, trouxe uma importante contribuição para o estudo do binômio urbanização/industrialização. Porém, a questão urbana em áreas predominantemente agrícolas não teve o mesmo tratamento teórico e conceitual que as cidades industriais. Este fato não depõe, efetivamente, contra a análise dos que assim procederam no estudo da cidade, mas, o completo esquecimento do próprio processo histórico da urbanização, sobretudo nos primeiros séculos de colonização no Brasil, exhibe os desdobramentos conceituais que marcam a deficiência da geografia urbana brasileira até os dias atuais.

As considerações gerais que serão apresentadas permitem reavaliar as diferentes abordagens sobre o urbano e, sem dúvida, as suas limitações quando analisadas no contexto histórico e espacial de sua gênese e desenvolvimento. A idéia central deste artigo procura focar a produção do espaço urbano nos primeiros séculos de colonização e criar as possibilidades para uma reflexão sobre o atual conceito de urbano e o seu desenvolvimento teórico metodológico na geografia.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O URBANO NO BRASIL

A cidade sempre esteve presente na história de diferentes sociedades. Em culturas de base agrícola ou comercial, apresenta-se como uma *mediação entre as mediações* (LEFEBVRE, 1991). Como cenário da evolução social, a cidade torna-se sede do poder político e, ao mesmo tempo, da produção e do consumo ou ainda, como quer La Blache (1955), a "fábrica de culturas".

Em *la Géographie Humaine*, J. Brunhes (1934) afirma que a cidade não passa de uma aglomeração improdutiva e que pode ser analisada com uma espécie de "ser natural". Na acepção de M. Sorre (1953), a cidade em sua forma específica, "é um lugar de contactos e de trocas de atividades, formas de vida, de sistemas de necessidades distintas". Para este autor, "as cidades traduzem, na sua estrutura interna e na sua fisionomia, o caráter dominante da civilização que as produziu". Considera ainda, que a ação consciente está na origem das cidades e que "o contato de duas regiões seria propício ao nascimento de cidades e uma grande estrada, com suas etapas, determinaria verdadeiras *linhas urbana*" (idem, p. 256).

A conclusão de Sorre (1953, p. 257) é que "existe uma cidade quando há coalescência de funções em uma aglomeração. Esta expressão significa que as funções chegam a depender uma das outras, tornando-se assim independentes da atividade primária que deu origem à aglomeração".

Para Munford (1961, p. 16 e 494), a cidade representa a "humanização do ambiente natural" e constitui um "complexo geográfico, uma organização econômica, um processo institucional, um teatro de ação social e um símbolo estético de unidade coletiva". A cidade condensa em sua materialidade, a técnica, a arte e as funções sociais, fazendo do urbanismo e da política urbana instrumentos inseparáveis na produção do espaço urbano.

Para F. Braudel (1967), em *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*, a cidade apresenta-se como um produto da divisão social do trabalho e, ao mesmo tempo, condição concreta de existência dos mercados nacionais.

O espaço urbano, na conjugação das concepções acima, consiste no lugar de mediações, de possibilidades, de trocas e de formas de vida. Na história das conquistas territoriais, as cidades aparecem como espaço do poder político e militar, de efetivação do processo colonizador e de ordenação dos fluxos de mercadorias.

Inicialmente deve-se enfatizar que a colonização portuguesa no Brasil, a partir do século XVI, mostra que o desempenho das cidades na conquista de territórios foi de suma importância para o sucesso do empreendimento colonizador. A fundação de vilas, freguesias e povoados ocorre, muitas vezes, como uma técnica de apropriação territorial. O papel específico da cidade liga-se a um aspecto intencional de demarcação de fronteiras e garante o domínio sobre terras conquistadas. A sobrevivência dessas cidades depende menos do campo do que da geopolítica administrativa realizada pela Coroa. Esta, sem dúvida, constitui uma perspectiva promissora de interpretação do urbano na colônia que, certamente, a geografia poderia lançar luzes sobre o passado das cidades brasileiras e reconstituir a trajetória histórica e espacial do processo de urbanização.

A CIDADE NA COLÔNIA

No Brasil, a expansão da colonização portuguesa traz, inevitavelmente, a presença de freguesias, patrimônios, cidades, vilas e povoados. A presença desses núcleos urbanos na paisagem reflete e caracteriza as preocupações político-administrativas da Metrópole em relação à ocupação e a exploração do território que aos poucos desenha uma nova cartografia dos limites do seu domínio.

A idéia de criação de cidades na colonização de novas áreas constitui em uma prática secular. As fronteiras econômicas, segundo Buarque de Holanda (1963, p. 61-62), "estabelecidas no tempo e no espaço pelas fundações de cidades no Império Romano tomaram-se também as fronteiras do mundo que mais tarde ostentaria a herança da cultura clássica".

Na América Latina, a colonização portuguesa e espanhola a partir do século XVI, ocupa e demarca seus territórios mediante a criação de cidades e desenvolve uma base econômica que necessariamente passa por elas.

Para Geiger (1963, p. 69), "as localidades fundadas no Brasil podem não ter tido, durante dezenas de anos, grande expressão, do ponto de vista de sua população [...] Salvador, pôr exemplo, precede a expansão açucareira no Recôncavo Baiano e mesmo se pode afirmar quanto ao Rio de Janeiro e ao Recôncavo da Guanabara. Apoiando-se nestas cidades é que os engenhos de açúcar se desenvolveram, inicialmente, nos seus arredores".

No século XVI, como informa Reis Filho (1968, p. 66), Portugal já realiza uma *política urbanizadora* no Brasil como "solução mais eficaz de colonização e domínio". O espaço urbano como lugar de concentração de bens e pessoas, controle político, militar e religioso, assim como de difusão do poder instituído, integra-se de modo singular à prática de conquista territorial. A *política urbanizadora* não se dirige, evidentemente, para a criação de uma economia urbana e com base regional de influências diretas sobre uma determinada *hinterlândia*. Antes de estimular, a *política urbana* portuguesa conteve-se em deter o crescimento urbano nas colônias.

Os núcleos urbanos fundados no período colonial se caracterizam apenas em sentido político de domínio territorial e controle fiscal sobre o escoamento de mercadorias. Na acepção de Holanda (1963, p. 66), "os portugueses, esses criavam todas as dificuldades às entradas terras adentro, receosos que com isso despovoasse a marinha"

Já no primeiro governo geral do Brasil tomam-se providências a respeito da contenção do urbano na orla com impedimentos para a sua interiorização *por que por dentro da terra firme pelo sertão as nam poderam fazer mays [...] villas, sem licença prévia de Sua Majestade* (HOLANDA, 1963, p. 66). A fundação de povoados e sua elevação à categoria de vilas passam a ser consideradas como *título de benemerência* dos governadores coloniais perante a Coroa portuguesa.

Sob outro aspecto, a *política urbanizadora* da Metrópole visa, sobretudo, manter o controle “mais diretamente sobre a fundação e o desenvolvimento das cidades e estimular, indiretamente, a ação urbanizadora dos seus donatários” (REIS FILHO, 1968, p. 84).

O período de conquista territorial que se estende entre o final do século XVI até meados do século XVII (período de dominação espanhola, 1580-1640), apresenta os primeiros traços do que viria constituir a *política urbanizadora* da Metrópole portuguesa.

A conquista de novos territórios a partir de cidades teve início na Paraíba (1585), Natal (1599) e São Luís do Maranhão (1612); e com a fundação de povoados no interior, como Caeté (1634), Canutá (1635), Alcântara (1637) e Gurupá (1639), nos atuais Estados do Maranhão e do Pará.

À medida que a cidade torna a ação colonizadora mais eficaz e assegura um relativo controle sobre os diferentes usos do território, faz com que a sua participação na economia seja cada vez mais ampla e o seu papel político cada vez mais incisivo sobre a vida colonial.

É importante ressaltar, o papel desempenhado pela Igreja na fundação de vilas e cidades. A oficialização de núcleos urbanos perante o poder institucional dá-se com a edificação de uma capela que uma vez visitada por uma cura a promove à categoria de vila ou cidade. Porém, segundo M. Marx (1991, p.19),

"não bastava, contudo erguer uma ermida; não bastava construir, por melhor de fosse, uma capelinha; era necessário oficializá-las. Não era suficiente dotar o povoado de um abrigo para o exercício religioso em comum; era necessário sagrá-lo".

O espaço urbano passa a representar não só o poder do Estado, mediante a aplicação de normas e códigos de fundação e regularização do parcelamento do solo, como o da Igreja católica, para a difusão cultural-ideológica e práticas de catequização.

A influência exercida pela organização dessas relações de poder entre Estado e Igreja sobre o urbano representa, de acordo com M. Marx (1991), um fator decisivo na definição da rede urbana brasileira. Este aspecto é comumente negligenciado tanto por historiadores como geógrafos urbanos.

A cidade, enquanto lócus de decisão torna-se "peça" fundamental do empreendimento colonizador e religioso. A sua expansão territorial implica em maior capacidade de controle sobre a exploração de recursos naturais e humanos e, de modo geral, sobre a vida na colônia.

No território paulista, por exemplo, nas antigas províncias de São Vicente e Santo Amaro, funda-se, entre 1610 a 1693, inúmeras vilas: Mogi das Cruzes (1611); Santana de Parnaíba (1625); Taubaté (1645); Jundiá (1655); Itu (1657); Sorocaba (1661); e Iguape (1693) e no oeste do Paraná, havia o núcleo de Guaíra, que fora destruído em 1627, durante o conflito entre jesuítas e bandeirantes.

De acordo com Ianni (1988, p. 56) "no início do século XVII, a fundação de povoados no interior paulista fornece apoio de ligação "na vasta rede de rios, trilhas e caminhos (ou sítios, arraiais, freguesias, povoados, vilas e cidades) que se criaram com a expansão do povoamento do planalto paulista, das regiões de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná e de todo o sul do país".

Azevedo (1957, p. 151) argumenta que, "os caminhos coloniais constituíram a espinha dorsal da rede urbana brasileira". No início do século XVIII, o Brasil conta com uma rede urbana de sessenta e cinco vilas e oito cidades. Funda-se, neste período, 118 vilas no Estado de São Paulo. As principais são: Pindamonhangaba (1705); São José dos Campos (1767); Mogi Mirim (1769); Lorena (1788); Campinas (1797) e Bragança Paulista (1797). No mesmo período, no Centro Oeste brasileiro, surge Cuiabá (1727), Vila Bela (1752), Cáceres (1778) e Poconé (1780).

A distribuição espacial dessa rede urbana e sua estrutura interna revelam, em primeiro lugar, o sentido exploratório da colonização e a posição política da Metrópole portuguesa em relação à Colônia; em segundo lugar, a influência da igreja no desenho da cidade a partir da definição de sua centralidade e de suas funções culturais. Deve-se ponderar que o número de cidades e vilas mencionado corresponde aos dados oficiais, ou seja, apenas os oficializados e sacramentados.

O controle do Estado e da Igreja na fundação e expansão de núcleos urbanos voltados para a organização e escoamento de mercadorias e, ao mesmo tempo, a voracidade que caracteriza a exploração dos recursos naturais da colônia, incide diretamente na ordenação do espaço interno das cidades.

Em relação à estrutura interna das cidades, Holanda (1963, p. 62) argumenta, em comparação entre a colonização espanhola e portuguesa na América Latina que "o próprio traçado dos centros urbanos na América Espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste". De acordo com Aymond (1985, p. 138), seria uma espécie de "vitória da ordem sobre a sombra, em uma cidade ideal estabelecida sob o signo do espírito".

Sem considerar as implicações teóricas e as diferenças geográficas existentes entre as regiões Andinas e do litoral brasileiro, Holanda (1963) procura enfatizar o rigor geométrico na ordenação do espaço urbano que as *imunizam* contra as forças e as assimetrias da natureza.

As cidades da colonização portuguesa, Holanda (1963, p. 62) as caracteriza como espaços desorganizados e irracionais, isto é, "não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem". Em relação ao traçado das cidades, Pe. Antônio Vieira diz: *não fez Deus o Céu em xadrez de estrelas*. (sic).

A Vila de São Paulo, como argumenta Xavier Pereira (1988, p. 82), apresenta uma paisagem de casario estreitado no topo da colina, entrecortada pelos rios Anhangabaú e Tamanduateí, que se mescla às roças e criações de animais nos arrabaldes. Na descrição de Azevedo (1957, p. 152), São Paulo se apresenta "com suas tortuosas ruas serpenteando no cabeço da colina, estreitas num ponto, largas noutro, recortadas de casas baixas e enormes beiradas de telhado a protegerem as paredes de taipa". Nas palavras de Morgado de Mateus, *uma verdadeira cidade de barro*.

O espaço interno das cidades coloniais no Brasil traduz, em primeiro lugar, o objetivo do empreendimento colonizador e, conseqüentemente, a função que lhe foi atribuída no processo de exploração do território. Além disso, deve-se acrescentar como informa Azevedo (1957, p. 152), que os núcleos urbanos criados pelas autoridades coloniais

"obedeciam, em suas origens, um plano regular e geométrico, se bem que adaptado às características topográficas. Sem demora, porém, deixava-se de lado essa preocupação urbanística e a expansão passava a se realizar de maneira espontânea".

Além disso, a localização do sítio urbano não ocorre aleatoriamente, mas obedece a uma legislação específica criada pelo Estado e pela Igreja. Assim, segundo o *direito canônico*, *as Igrejas se devem fundar, e edificar em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, que havendo-se de edificar de novo alguma igreja parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sitio alto, e lugar decente, livre de humidade, e desviado, quanto for possível de lugares immundos* (M. MARX, 1991, p. 22)

Na concepção de Holanda (1963), os núcleos urbanos se caracterizam pela pequena concentração de casas em torno de uma igreja, geralmente localizada no alto de um espigão. À revelia da natureza, os traçados das ruas, das quadras ou da praça central se fazem na medida em que as casas, os edifícios públicos e a igreja são construídos. O costume de se destacar a igreja na paisagem consiste em uma tradição e uma decisão política, estética e simbólica que, na verdade, obedecem segundo M. Marx (1991, p. 23) a uma legislação clara a ser cumprida se houver a pretensão de sagração.

Desse modo, a configuração topográfica do sítio urbano, constitui-se em outro obstáculo de geometrização do espaço interno das cidades. Os casos de Salvador, São Vicente, Ouro Preto e outras, são exemplos de "obediência" da estrutura urbana às *sinuosidades do terreno*.

O traçado prévio, que procura organizar a ocupação do solo urbano surge historicamente como resposta às mudanças de funções adquiridas pela cidade na economia colonial e pela valorização do solo urbano decorrentes do crescimento e da concentração populacional. Embora a Igreja, unida ao Estado, tenha sido responsável em grande parte pela expansão urbana, a sua distribuição espacial ao longo do litoral corresponde aos objetivos econômicos e geopolíticos da Coroa portuguesa. A localização das cidades e o traçado dos caminhos que as interligam, relacionam-se diretamente com as necessidades de escoamento de mercadorias e controle da exploração de recursos naturais.

Em relação à configuração litorânea da urbanização, Oliveira (1982, p. 37) argumentou que "as cidades se constituíram segundo um padrão litorâneo não só devido ao seu caráter exportador de

produtos primários, mas também devido à divisão social do trabalho”. O espaço urbano é, ao mesmo tempo, a sede do Estado português em terras coloniais e ponto de conexão com a circulação internacional de mercadorias.

Para Reis Filho (1968, p. 38), a cidade se estabelece em decorrência do processo de urbanização e não ao contrário. Isso porque, como bem argumentou Oliveira,

"estamos acostumados a entender que o fenômeno da urbanização na sociedade e na economia brasileira é um fenômeno que se deflagra apenas a partir da industrialização (...) o que nos tem levado a desprezar, de certa forma, a formação urbana dentro das condições da economia exportadora" (OLIVEIRA, 1982, p. 38).

Assim, a rede urbana brasileira cuja gênese está nos primeiros séculos de colonização, constitui-se em um conjunto de respostas às solicitações deste processo de urbanização e conquista territorial. De acordo com Oliveira (1982, p. 38), "o urbano no Brasil é historicamente fundado numa contradição singular: enquanto o *locus* da produção era rural, agrário, o *locus* do controle foi urbano". Considera-se que o movimento de acumulação primitiva do capitalismo mercantil teve sua sede de controle na cidade porque se tratava de uma economia com uma função específica dentro do sistema internacional de acumulação. Organizado e produzido para atender a economia de exportação, o espaço urbano surge no Brasil antes mesmo que o campo.

A política de exploração realizada pela Coroa portuguesa no Brasil, não exclui a idéia de criação de cidades como forma de domínio territorial e pontos de escoamento de mercadorias. A articulação entre elas condiciona a rede urbana e o modo como o processo de colonização se desenvolve.

Vale dizer de passagem que a colonização portuguesa no Brasil não se caracteriza como um movimento demográfico. Na verdade, como argumenta Novaes (1997, p. 20), "a colonização moderna não foi um fenômeno essencialmente demográfico [...] no sentido de que não foi impulsionado por pressões demográficas". A colonização a partir do século XVI vincula-se mais diretamente aos processos de formação dos Estados Nacionais e a expansão comercial.

Na dimensão política, decorre um permanente esforço metropolitano no sentido de expandir o território da dominação colonial para além das possibilidades de exploração econômica.

Em relação ao rompimento da concentração do povoamento na faixa litorânea, ocorre parcial e momentaneamente na fase da mineração, conduzido por um importante movimento migratório para as regiões de Minas Gerais e sul de Goiás. De acordo com Deffontaines (1944, p. 143), "a colonização mineira se apresentou essencialmente sob a forma de uma civilização urbana".

A vida urbana na colônia é concebida como um prolongamento e uma complementação da Metrópole e, ao mesmo tempo, a sua negação e o seu avesso. A população da colônia, na perspectiva metropolitana, apresenta-se equivalente à da Metrópole, porém a Metrópole apresenta-se como região de emigração, e a colônia uma região de imigração (NOVAES, 1997).

A forte concentração econômica e política em São Paulo e Rio de Janeiro a partir de meados do século XIX, associada às formas de controle sobre a distribuição de terras, constituem fatores internos que contribuem para o fortalecimento da economia litorânea. Para Azevedo (1957, p. 114), "a obra de urbanização conseguiu libertar-se da orla atlântica, em conseqüência da expansão povoadora e da conquista do Planalto Brasileiro e da própria Amazônia". Para Novaes (1997, p. 25), a economia agro-exportadora organiza-se a partir de fora e adquire maior estabilidade de ocupação; a economia de subsistência (como a de São Paulo, ou a pecuária nordestina), está voltada para dentro e, paradoxalmente, apresenta-se mais instável e com maior mobilidade espacial.

Como elo entre Metrópole e Colônia, a cidade encontra-se envolvida por um conjunto de relações políticas administrativas, comerciais e culturais que a torna cada vez mais, parte de uma rede urbana e de um sistema econômico interno.

A política urbanizadora, como argumenta Reis Filho (1968), têm seus desdobramentos durante todo o século XVIII para se consolidar como processo de urbanização no século XIX, quando o espaço urbano adquire novos significados para os agentes sociais, políticos e econômicos da conquista territorial.

Na perspectiva do poder da Metrópole portuguesa, os núcleos urbanos na colônia tornam-se espaços de controle e, ao mesmo tempo, permitem ampliar, com eficácia, o sistema administrativo. Para o Estado brasileiro, a cidade tornar-se-á a condição concreta de intervenção política e econômica na sociedade.

As melhorias nos quadros administrativos no início do século XIX implicam a incorporação de novos serviços tipicamente urbanos (jurídico-burocráticos, comerciais, transportes e culturais) e provoca alterações nas funções da cidade, bem como modificações importantes na regulação do uso do solo urbano. As demandas de serviços derivadas das atividades agrícolas e comerciais que passam a ser atendidas no âmbito da cidade resultam em edificações de prédios públicos, estabelecimentos comerciais, casas teatrais, escolas, bibliotecas públicas, praças e etc.

Com o adensamento da aglomeração urbana, aumentam-se a pressão sobre o uso do solo e, desse modo, as necessidades de parcelamento e geometrização do espaço interno das cidades. O parcelamento do solo urbano como forma de regulamentação e controle do uso e ocupação, registra as regras elaboradas e impostas exclusivamente para as cidades. A divisão dos lotes implica na definição de espaços públicos e privados, bem como a definição de seu preço.

Segundo Geiger (1963), três fatores contribuem para a expansão urbana durante o século XIX: a abolição da escravatura; maior divisão do trabalho; e o desenvolvimento das médias e pequenas propriedades rurais. Um quarto fator pode ser considerado: a imigração européia nas últimas décadas do século XIX, sobretudo para São Paulo e Estados do sul do Brasil. Por outro lado, observa Deffontaines (1944, p. 144), “no decurso do século XIX, com o declínio da mineração, a montanha ficou vazia com suas cidades mortas, verdadeiros monumentos históricos perdidos num deserto: São João Del Rei, Congonhas do Campo”.

Santos (1996, p. 20), informa que “no final do período colonial, as cidades, entre as quais São Luís do Maranhão, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, somavam perto de 5,7% da população total do País, onde viviam, então, 2.850.000 habitantes”.

A história da colonização portuguesa no Brasil mostra também a história e a geografia da cidade. Da conquista territorial à exportação de produtos agrícolas, a cidade desempenha papel fundamental no mapa econômico e político do Estado Português, constituindo-se, ao mesmo tempo, como espaço de controle e poder sobre o território e ponto de articulação com a economia metropolitana, tornando-se mundial antes mesmo de ser nacional.

As relações econômicas entre Metrópole e Colônia, mediadas pela cidade, dependiam menos do sucesso empreendedor da colonização do que relativo à política administrativa estabelecida pela Metrópole. A singularidade da rede urbana brasileira deriva, em grande parte, deste aspecto, enquanto espaço de articulação interna e mediação externa entre Colônia e Metrópole.

A questão urbana no Brasil colonial pode parecer estranha aos geógrafos de hoje, mas não foi sempre assim. Durante as décadas de 1940 e 1950, geógrafos com P. Deffontaines (1944), P. Monbeig ((1952), Aroldo de Azevedo (1956) e no início dos anos 60, Pedro Geiger (1963), desenvolveram estudos importantes sobre a urbanização e a formação da rede urbana, destacando a relevância e as especificidades do urbano no período colonial.

A partir da década de 1960, a rede urbana, a urbanização e industrialização, regionalização e planejamento regional constituíram tendências dentro da geografia que definitivamente romperam com os temas urbanos relativos às fases pretéritas da história da urbanização brasileira.

Os apontamentos acima pretendem apenas mostrar a complexidade da urbanização brasileira e a necessidade de reconstruir a sua historicidade a partir da perspectiva espacial. A Geografia e, em particular, a geografia urbana, tem alterado constantemente a temática de estudo excessivamente especializada e, muitas vezes, ao ponto de destituir do próprio conceito de urbano a sua natureza geográfica e histórica.

A reconstrução das temporalidades do processo de urbanização sob a perspectiva geográfica retifica as definições do presente e, em escalas espaciais sucessivas, explicita as determinações no contexto de diferentes períodos. Os anacronismos históricos que caracterizam as diversas periodizações existentes acerca do processo de urbanização são aqueles que operam uma continuidade temporal mediante determinada ordem arbitrária de fatos. Não cabe, neste momento, discutir a respeito dos fundamentos teóricos que sustentam essas periodizações, mas vale ressaltar a sua insignificância para a leitura da continuidade e descontinuidade do processo de urbanização, além do aspecto político-ideológico que caracteriza a relação de poder com o passado.

Em suma, questão urbana no Brasil colonial e o problema da periodização do processo de urbanização remetem a um conjunto de problemas de natureza teórica e metodológicas que conduz as pesquisas não só para os aspectos relativos ao surgimento e crescimento de cidades, mas para aqueles que redefinem as temporalidades e, portanto, os critérios de periodização do processo de urbanização.

REFERÊNCIAS

- AYMORD, M. Espaços. In: Braudel, F. O Espaço e a História no Mediterrâneo. Tradução: M. Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p.129-151.
- AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros Tomo I (09), 1954-55, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1957, p. 147-162.
- BECKER, B. H. Uma Hipótese sobre a origem do Fenômeno Urbano numa Fronteira de Recursos do Brasil. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia, ano 40, n. 1, FIBGE, 1978, p. 98-115.
- BRAUDEL, F. Civilization matérielle économie et capitalisme. Paris: Libraire Colin, 1967.
- BRUNHES, J. la Géographie Humaine. Paris: Libraire Félix Alcan, 1934.
- DEFFONTAINES, P. Como se Constituiu no Brasil a Rêde de Cidades. Rio de Janeiro: Boletim Geográfico, v. 2 (14), 1944, p. 139-151.
- GEIGER, Pedro P. Evolução da Rede Urbana Brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – Ministério da Educação e Cultura, 1963.
- HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. Brasília: UnB, 1963.
- IANNI, O. Uma Cidade Antiga. Campinas: Unicamp, 1988.
- LA BLACHE, P. V. de Principes de Geographie Humaine. Paris: Armand Colin, 1955.
- LEFEBVRE, H. The Production of Space. Tradução: (translated): Donald N. Smith. Blackwell Publishing (USA), 1991.
- MUNFORD, Lewis. A Cultura das Cidades. Tradução: Neil R. da Silva. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1961.
- MARX, M. Cidade no Brasil: terra de quem? São Paulo: Edusp/Nobel, 1991.
- MONBEIG, P. O Estudo Geográfico das Cidades. Rio de Janeiro: Boletim Geográfico, v. 1, n. 7, 1943, p. 09-13.
- NOVAIS, F. A. Condições da privacidade na colônia. In: *História da Vida Privada : cotidiano na América Portuguesa* (org.) Laura de Mello e Souza, São Paulo, Cia. Das Letras, 1997, p. 13-40.
- OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o Urbano no Brasil. São Paulo: Espaço & Debates, n.06, 1982, p. 27-41.
- PEREIRA, Paulo C. Xavier. Espaço, técnica e construção. São Paulo: Nobel, 1988.
- SANTOS, M. A Urbanização Brasileira, São Paulo, Nobel, 1996.
- SORRE, M. Les Fondements de la Géographie Humaine (tomo III). Paris: Libraire Félix Alcan, 1953.